

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

e-mail de contato: controleinterno@matoscosta.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura: Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional: -oth-

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte: Lei nº 1.320/2005

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: 0 Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; 0 efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; 1 Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; 0 Servidores temporários e 0 estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? Sim. 25/06/2019-09/10/2019 - 04/07/2019-23/10/2019. Férias sem presença de substituto

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes: Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado Exame de prestações de contas de diárias; Exame de prestações de contas de adiantamentos; Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; Avaliação da execução dos programas de governo; Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais;

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:** Totalmente informatizado
- **Sistema de almoxarifado:** Não informatizado (controle manual)
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:** Parcialmente informatizado

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais: **Bom**

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores: **Razoável / Satisfatório**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias: **Razoável / Satisfatório**

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada: **Razoável / Satisfatório**

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades: **Bom**

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação: **Bom**

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados: **Bom**

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação: **Bom**

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas: **Bom**

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício? Sim

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
Fundo de Assistência Social	Gestão de Frotas	0,00	Auditoria Interna n. 01/2019	Utilização Diários de Bordo, melhoria
Fundo de Assistência Social	Faturas de Água	0,00	Memorando Interno n. 68/2019	gerencia recursos.
Fundo de Assistência Social	Pagamento de Horas Extras	não quantificado	Memorando Interno n. 73/2019	Verificação hidrômetros, alteração
Prefeitura-R.H	Aposentadoria Legalidade	0,00	Memorando Interno n. 04/2019	cadastros junto á CASAN.
Prefeitura-R.H	Descontos Folha-IPMC	182,00	Memorando Interno n. 11/2019	Gestora entende devido o pagamento destas.
Prefeitura-Contabilidade	Gestão Pública-CIGA	8.188,87		
Prefeitura-	Transporte Escola	0,00		

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Educação Prefeitura- Contabilidade Fundo de Saúde e outros Prefeitura- Administração	Emendas Parlamentares Consumo Energia Elétrica Aquisição Produtos Serviços		Interno n. 18/2019 Memorando Interno n. 21,22,23,24 Memorando Interno n. 40/2019 Auditoria Interna n. 02/2019 Memorando Interno n. 62/2019	Agenda Tribunal de Contas, Ofício Previdência Social Regularizado. Regularizado. Restituído os valores Regularizado. Parcialmente atendido Atendido.
--	---	--	---	--

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? Sim

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? Não.

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão **Parcialmente** formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? **Parcialmente**;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

Afronta a norma legal sem dano financeiro na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? **Não**

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? Não

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? **Sim**

--	--	--	--	--	--

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento
Prefeitura	Termo de	01/2017	Repasse de	36.300,00	Regular/em
Prefeitura	Fomento	Compra Direta	recursos	1.500,00	andamento
Prefeitura	Contribuição	344/2019	financeiros á	36.000,00	Regular
Prefeitura	Termo de	Lei Municipal n.	entidade	23.608,16	Cancelado em
Prefeitura	Parceria	2.164/2017	conveniada,	14.000,00	virtude
Prefeitura	Inexigibilidade	01/2019	decorrente	15.000,00	ausência
Fundo de Saúde	Inexigibilidade	02/2019	chamamento	117.010,03	Regularidade
	Inexigibilidade	04/2019	publico n.		Fiscal.
	Convênio	02/2018-Termo	02/2017.		Regular
		Aditivo 1º	Concessão de		Regular
			auxilio		Regular
			financeiro a		Regular/ Em
			apae de porto		andamento
			união, com		
			objetivo de		
			auxiliar nas		
			despesas na		
			partipacao da		
			fase nacional		
			do festival		
			nossa arte das		
			apaes que		
			aconteceria nos		
			dias 7 a 9 de		
			maio/2019 na		
			cidade de		
			Joinvile/SC		
			Parceria para		
			transporte de		
			trabalhadores		
			da empresa,		
			conforme Lei		
			Municipal		
			2.164/2017		
			Prestação de		
			Serviços de		
			Assistência		
			Técnica e		
			Extensão Rural		
			pela contratada		
			para a		
			contratante,		
			contendo as		
			descrições do		

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

			Plano de Trabalho. Repasse financeiro como forma de apoio a realização do 28º Rodeio Criolo no município de Matos Costa-SC Repasse financeiro como forma de apoio a realização de revitalização da Praça em frente a IGREJA mATRIZ. IEI 2.244/2019. Prestação de serviços de plantão médico presencial 24 horas/dia em urgência/emergência e plantão médico presencial 24 horas/dia de obstetrícia, e sobreaviso de outras especialidades, por seu quadro técnico profissional.		
--	--	--	--	--	--

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? Não

Entidades (se aplicável): ;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável): Decreto n.28/2017, de 23/03/2017.(
<https://www.matoscosta.sc.gov.br/legislacao>)

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno? Sim

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação: Amostra Aleatória Experiências passadas

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver
15/2019	Inexigibilidade	Menor Preço	14.000,00	79.376.869.000	não
42/2019	Inexigibilidade	Menor Preço	15.000,00	1-95	não
14/2019	Chamada	Menor Preço	29.225,30	06.314.072.000	não
22/2019	Pública	Menor Preço	233.750,00	1-90	não
34/2019	Registro de Preços	Menor Preço	257.725,00	08.375.640/000	Análise Cotas Reservadas.(
	Registro de Preços			1-98	diferença
				09.476.303.000	significativa
				1-50	entre preços
				81.874.265/000	praticados
				1-10	pelos empresas de pequeno porte e valores oferecidos pelas demais empresas).

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada: Bom
- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas: Bom
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório: Bom

- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório: Bom
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas: Bom
- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital: Bom
- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições: Bom

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? Sim.

Procedimentos realizados:

Descontos Folha Servidores IPMC. Março de 2019. Prefeitura-IPMC

Divergência de Valores Folha de Pagamento entre sistema de Recursos Humanos e Setor de Contabilidade. julho de 2019.. Prefeitura-Contabilidade e R.H

pagamento de Horas Extras, gratificações. Outubro /Dezembro de 2019. Prefeitura

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual): Atuação razoável da gestão
- Controle de horas extras pelos gestores: Pouca atuação da gestão
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento: Atuação razoável da gestão
- Realização de cursos de capacitação pelos servidores: Excelente atuação da gestão
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores: Nenhuma atuação da gestão
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores: Atuação razoável da gestão
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos: Pouca atuação da gestão
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório: Atuação razoável da gestão
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social: Nenhuma atuação da gestão
- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças): Pouca atuação da gestão
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas: Pouca atuação da gestão

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal: Pouca atuação da gestão
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento: Pouca atuação da gestão

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)? Não

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade? Não

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2019

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência? **Não**

Renegociação realizada, **se houver**:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? **Sim**.

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? **Sim**.

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

Foram realizados no decorrer de 2019, algumas solicitações como aumento de capacidade de conexão em virtude da dificuldade dos servidores em realizar tarefas diárias, ALERTA aos gestores quanto a observação dos limites constitucionais, cadastros desatualizados junto aos órgãos. Ex. Conselho Fundeb, Situação de Restos a pagar, Plano Municipal de Educação nas contas anuais, orientações verbais. etc.